

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º _____, DE 2020

(Da bancada do PSOL)

Requer informações à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre o Ofício contendo a Nota Técnica relativa ao Guia Alimentar para a População Brasileira enviado ao Ministério da Saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Sra. Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao ofício enviado por esse Ministério contendo a Nota técnica nº 42/2020/DAEP/SPA/MAPA relativa ao Guia Alimentar para a População Brasileira:

- 1) Sobre a classificação de alimentos utilizada pelo Guia Alimentar a Nota técnica nº 42/2020/DAEP/SPA/MAPA afirma:

“Entretanto a classificação NOVA utilizada é confusa, incoerente e prejudica a implementação de diretrizes adequadas para promover a alimentação adequada e saudável para a população brasileira. A classificação definida pelo critério de tipo de processamento não apresenta nenhuma contribuição para um guia alimentar público, representando o posicionamento do Governo Federal. A classificação é

arbitrária e confunde nível de processamento com a quantidade e tipos de ingredientes utilizados na formulação dos alimentos industrializados (REGO 2014).

Favor identificar na referência citada, o trecho que embasa a crítica à Classificação NOVA do Guia Alimentar para a População Brasileira.

- 2) Apesar do Guia Alimentar para a População Brasileira enfatizar os vários benefícios do processamento de alimentos, como ampliar sua duração e diversificar a dieta, recomendando apenas que se evite o consumo de alimentos ultraprocessados, a Nota técnica nº 42/2020/DAEP/SPA/MAPA em sua crítica à recomendação do Guia Alimentar de evitar o consumo de alimentos ultraprocessados cita o estudo de EICHER-MILLER et al., 2012 “ *...existem alimentos processados que contribuem com uma ampla variedade de nutrientes em todos os níveis de processamento*”. Favor identificar na referência citada, o trecho da defesa à categoria de alimentos ultraprocessados.
- 3) O que o MAPA entende por alimento ultraprocessado? Quais os benefícios e prejuízos nutricionais de alimentos ultraprocessados na dieta do Brasileiro?
- 4) Entre as conclusões da Nota técnica nº 42/2020/DAEP/SPA/MAPA encontra-se:
“Em que pese a necessidade de uma ampla revisão, a fim de melhor classificar o Guia Alimentar brasileiro entre os demais no planeta (atualmente o Guia brasileiro é considerado um dos piores), a recomendação mais forte nesse momento é a imediata retirada das menções a classificação NOVA no atual guia alimentar e das menções equivocadas, preconceituosas e pseudocientíficas sobre os produtos de origem animal”
Com base em que fonte ou estudo este Ministério afirma que “*atualmente o Guia brasileiro é considerado um dos piores*”, posto que é reconhecido

mundialmente por parte de organismos internacionais de combate à fome, como os organismos técnicos das Nações Unidas, como a FAO, a OMS e o UNICEF, bem como países como Canadá, França, Uruguai, Peru e Equador, que tem seus guias alimentares e suas políticas de alimentação e nutrição inspirados no Guia editado pelo Brasil?

- 5) De acordo com uma reportagem do site investigativo O Joio e o Trigo¹, a Sra. Ministra se reuniu, há cerca de dois meses antes da emissão da referida Nota Técnica deste Ministério, com o Presidente executivo da Abia (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos), cuja pauta era a Revisão do Guia Alimentar da População Brasileira. Este Ministério confirma este evento? Quem participou (favor informar nomes e entidades ou órgãos que representam)? Qual foi o resultado dessa reunião? Solicita-se a cópia da ata da reunião e todos os outros documentos pertinentes ao encontro.

JUSTIFICAÇÃO

Nosso pedido de informação se baseia na Nota² que o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP) publicou nesta última quinta-feira (17/09), em que critica o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA - de promover uma pressão para alteração do Guia Alimentar para a População Brasileira³.

A questão colocada pelo Nupens/USP, e que também nos preocupa, é o ofício enviado esta semana pelo MAPA, acompanhado da Nota técnica nº 42/2020/DAEP/SPA/MAPA⁴, endereçado ao Ministério da Saúde, onde solicita a urgente revisão do Guia Alimentar. As justificativas apresentadas pela Nota Técnica do MAPA se centram em críticas à classificação de alimentos

1 Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2020/09/ministerio-da-agricultura-reforca-ofensiva-para-derrubar-guia-alimentar-referencia-internacional/>

2 Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/nupens/nota-oficial/>

3 Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

4 Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/saude/usp-agricultura-guia-alimentar/>

utilizada pelo Guia Alimentar para a População Brasileira e à recomendação quanto a evitar o consumo de alimentos ultraprocessados. Entretanto, tais críticas se resumem a afirmações não amparadas por qualquer evidência científica, omitindo a vasta literatura científica nacional e internacional acumulada desde 2009, quanto à classificação e ao conceito de alimentos ultraprocessados.

Segundo o Nupens/USP, as alegações para a alteração apresentadas pelo MAPA são frágeis e inconsistentes, e clama que “diante da fragilidade e inconsistência dos argumentos apresentados na Nota Técnica do MAPA e da absurda e desrespeitosa avaliação do Guia Alimentar brasileiro, confiamos que o Ministério da Saúde e a sociedade brasileira saberão responder à altura o que se configura como um descabido ataque à saúde e à segurança alimentar e nutricional do nosso povo.”

A última versão do Guia Alimentar para a População Brasileira foi editada em 2014 pelo Ministério da Saúde em parceria com o Nupens/USP e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Como todo documento desta natureza, chegou à versão final após reuniões amplas com diversos setores da sociedade civil, acadêmicos e profissionais de diferentes áreas e consulta pública. O Guia estabelece diretrizes para incentivar a alimentação saudável, com base em uma classificação que divide os alimentos de acordo com o nível de processamento em sua produção, alerta para a importância do consumo de alimentos in natura e sobre o impacto da elevada ingestão de ultraprocessados que contribui para o ganho de peso e para o desenvolvimento de doenças relacionadas a má alimentação como problemas cardíacos, diabetes entre outros acometimentos à saúde da população. Possui reconhecimento mundial por parte de organismos internacionais de combate à fome, como os organismos técnicos das Nações Unidas, como a FAO, a OMS e o UNICEF, bem como os Ministérios da Saúde do Canadá, da França, do Uruguai, do Peru e do Equador, que têm seus guias alimentares e suas políticas de alimentação e nutrição inspirados no Guia editado pelo Brasil.

Logo após a publicação da nota dos pesquisadores da USP, a

reação da mídia e da sociedade foi imediata; reações como notas e manifestos de diversos setores e profissionais ligados ao tema estão sendo publicados. Segundo um manifesto lançado pelas principais entidades ligadas à soberania alimentar no País⁵ (que ainda está coletando assinaturas da sociedade civil, de membros da comunidade científica e de pessoas físicas), o número crescente de pessoas acometidas por doenças crônicas não transmissíveis associadas ao consumo de alimentos e bebidas ultraprocessados é uma realidade não só brasileira, mas global, como mostra o extenso arcabouço de evidências científicas. Alerta ainda que atualmente se reconhece que as Doenças Crônicas estão associadas com a gravidade e a letalidade da Covid-19, reforçando ainda mais a importância do cuidado integral da alimentação em um período de redução na oferta de serviços básicos e crise econômica.

Além disso, o Sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Nutricionistas (CFN/CRN), a Associação Brasileira de Nutrição (Asbran), a Federação Nacional dos Nutricionistas (FNN) e a Executiva Nacional de Estudantes de Nutrição (ENEN) reconhecem em Nota Pública⁶ o caráter científico do Guia Alimentar para a População Brasileira, e seu alinhamento com recomendações internacionais de promoção da alimentação adequada e saudável, sua importância para o exercício profissional do Nutricionista e do TND e seu valor para a sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, conclamam Nutricionistas, TND e todos os cidadãos a divulgá-lo e defendê-lo. A nota ressalta ainda os dados divulgados essa semana pelo IBGE, de acordo com os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018, mostrando que Brasil tem cerca de 36,7% dos domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional e que, aliada a essa condição, a crescente prevalência de morbimortalidade por doenças crônicas não transmissíveis aponta para o papel do Estado na promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional.

Enquanto no mundo todo há uma crescente tendência de se promover alimentos in natura, ou minimamente processados, de acordo com uma tradição milenar, e depois do Brasil ter se destacado mundialmente pela

5 Disponível em: https://alimentacaosaudavel.org.br/manifesto_guia_alimentar/

6 Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2020/09/NOTA_GUIA.pdf



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

publicação do Guia Alimentar para a População Brasileira, o MAPA por meio dessa Nota Técnica parece sinalizar um caminho completamente incoerente e contracorrente. Isso não é nada bom para o País, e demonstra um completo desrespeito à saúde de seus cidadãos por parte do governo brasileiro.

Diante desses fatos, com a urgência que se faz necessária, requeremos as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 2020.

Sâmia Bomfim
Líder do PSOL

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Marcelo Freixo
PSOL/RJ

Fernanda Melchionna
PSOL/RS

Áurea Carolina
PSOL/MG

David Miranda
PSOL/RJ

Glauber Braga
PSOL/RJ

Ivan Valente
PSOL/SP

Luiza Erundina
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ

Chancela eletrônica do(a) Dep Sâmia Bomfim (PSOL/SP),
através do ponto p_6337, nos termos de delegação regulamentada no Ato ,
da Mesa n. 25 de 2015.

